

O presidente do PDS defende a devolução das prerrogativas do Congresso

Senador Sarney vai coordenar trabalhos sobre prerrogativas

19 ABR 1981

Como presidente do PDS, o senador José Sarney, vai coordenar os entendimentos em torno da devolução das prerrogativas do Congresso, segundo observou ontem o secretário-geral do partido, deputado Prisco Viana, ao comentar a notícia de que o presidente da Câmara, deputado Nelson Marchezan, na última reunião da executiva nacional da agremiação, procurou esclarecer o assunto, indagando qual o canal político que o governo vai utilizar para resolver a questão.

Prisco Viana disse que não existe nenhum problema em torno do assunto, lembrando que a própria executiva nacional do PDS decidiu criar uma comissão de 11 parlamentares para tratar do assunto. Ele explicou a interferência do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, nos entendimentos desenvolvidos com as oposições sobre modificações no Estatuto dos Estrangeiros, acentuando que a matéria extrapola o âmbito partidário, sendo do interesse de todos, e que será formalizado através de mensagem presidencial ao Congresso.

VITÓRIA

Na realidade, ao que se informou após

a reunião de quarta-feira da executiva nacional, convocada pelo próprio Abi-Ackel para expor ao partido o resultado de seus entendimentos com as oposições sobre a lei dos estrangeiros, a decisão de criar uma comissão para tratar das prerrogativas representou uma vitória de Sarney e chegou a surpreender o próprio ministro da Justiça, que não esperava por ela.

Por outro lado, ao comentar notícia sobre modificações do colégio eleitoral destinado a eleger o próximo presidente da República, e que seria alterado para permitir a quebra da fidelidade partidária, de modo a garantir a eleição do candidato oficial, Prisco Viana garantiu que a matéria não será objeto de estudo da comissão do PDS que está preparando a reforma eleitoral.

Segundo o deputado governista, a iniciativa "é extemporânea" e não será objeto da reforma eleitoral. Observou, ainda, que faltam quatro anos para a eleição, não sendo possível prever como será formado o próximo colégio eleitoral, cujos integrantes somente estarão definidos após a eleição de 82.